



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 06 de maio de 2013, às 19h30min, no auditório da Administração Regional da CIC, localizado na rua Manoel Valdomiro de Macedo, nº 2460, em Curitiba-PR, tiveram início os trabalhos da audiência pública do Movimento Paraná Sem Corrupção, sob a presidência da Promotora de Justiça, Dra. Swami Mougnot Bonfim, em exercício na Promotoria de Justiça das Comunidades. Assinalou-se a presença dos Promotores de Justiça palestrantes, conforme edital, da comunidade local, dos representantes de órgãos públicos e demais entidades conforme listas em anexo. Inicialmente, a Presidente explanou, sucintamente, sobre a atividade desenvolvida pela Promotoria de Justiça das Comunidades na região da CIC, e saudando os palestrantes, autoridades e comunidade presente, passou a destacar os assuntos a serem tratados nessa ocasião conforme a pauta publicada: a) Apresentação do MOVIMENTO PARANÁ SEM CORRUPÇÃO; b) PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA; c) REDES DE PROTEÇÃO; d) EXERCÍCIO DA CIDADANIA. Após a leitura da pauta, a Presidente informou sobre a forma de participação e tempo disponível para as exposições e manifestações, bem como, a respeito do preenchimento da “Ficha de Participação”, passando a palavra ao primeiro palestrante o Promotor de Justiça, Dr. Eduardo Cambi. Após as considerações iniciais, o Coordenador Estadual apresentou os objetivos do Movimento enfatizando o comprometimento do Ministério Público na conscientização social e reflexão acerca do tema “corrupção”, e na disseminação da cultura da honestidade, bem como, a importância da participação da sociedade nesse propósito. Citou algumas ações desenvolvidas em razão do Movimento e enfatizou



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

que a corrupção é inversamente proporcional ao exercício da cidadania. O prelado também alertou a população quanto ao significado da PEC 37 e o dano que a mesma trará para a sociedade caso seja aprovada, solicitando a inscrição dos presentes para que se manifestem contrariamente através do endereço eletrônico do Ministério Público, sendo disponibilizado computador na entrada do auditório. Apresentou o vídeo “Não aceito corrupção” e exemplificou investigações presididas pelo MP, tais como as mais de 1400 (mil e quatrocentas) em curso relativas aos “Diários Secretos”, bem como a destituição do presidente da Câmara Municipal de Curitiba. Na sequência, a Presidente passou a palavra ao Promotor de Justiça e Coordenador da Campanha “Conte até 10”, Dr. Paulo Sérgio M. de Lima, que destacou as condutas relevantes para a prevenção da violência. Destacou que mais de 50% dos homicídios ocorridos no Brasil poderiam ser evitados se as pessoas praticassem a tolerância e ressaltou que tais crimes ocorrem, principalmente, no trânsito. Continuando, informou que a Campanha Nacional teve a adesão de lutadores de renome internacional, com a mensagem de que essas pessoas mesmo sendo preparados para a luta, eles a evitam fora do ringue, valorizando a paz e a vida; ilustrou com um vídeo protagonizado pelo lutador Wanderlei Silva, voluntário, apoiando a paz; ressaltou que é na região da CIC que ocorre a maior incidência de crimes em Curitiba, principalmente por ser uma das mais populosas regiões; informou que camisetas e outros materiais da campanha “Conte até 10” serão entregues a alunos das Escolas da região logo que as ações forem implementadas na comunidade. Incentivou os presentes à prática da tolerância e na disseminação dessa atitude aos seus vizinhos e amigos, sendo que “a violência não ocorre apenas na rua,



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

mas também dentro de casa, entre familiares”. Após os agradecimentos do orador, a Presidente, alterou a ordem da pauta passando a palavra à Promotora de Justiça, Dra. Luciane, atendendo a necessidade desta, que passou a expor o tema “Exercício da Cidadania” ressaltando a importância da fidelidade dos registros civis para o pleno exercício da cidadania. Mencionou situações problemáticas relativas à filiação, tais como ausência de registro da paternidade, ou ainda, casos de adoção à brasileira, lembrando que o registro realizado por pessoa que não é o pai biológico caracteriza crime. Destacou que a falta do registro de nascimento ou o registro incorreto são facilitadores da corrupção, exemplificando casos de fraudes no comércio, crimes eleitorais, dentre outros. Despediu-se colocando o endereço da Promotoria de Registros Públicos à disposição da comunidade para esclarecimentos sobre o registro civil, especialmente acerca de erros na Certidão de Nascimento. Finalizando as exposições, a palavra foi dada ao Promotor de Justiça, Dr. Murilo José Digiácomo, o qual explanou acerca dos atendimentos realizados pelo Centro de Apoio, com foco na infância e juventude. Destacou a importância da participação política no cotidiano do cidadão como meio eficaz de combate à corrupção, criticando o analfabetismo político através do texto de Bertolt Brecht “O Analfabeto Político”. Ressaltou a importância da população conhecer os direitos e deveres contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, destacando o artigo 1º do referido estatuto, o qual visa a proteção integral da criança e do adolescente. Na ocasião, informou que o orçamento para a implementação de políticas públicas relativas ao tema deve ser elaborado e votado por meio de Audiência Pública para oitiva dos cidadãos. Lembrou que dia 18 de maio é o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

Adolescentes” e que a comunidade deve ser multiplicadora na causa da infância, colhendo informações e dados sobre as violações existentes, pois que esta pode ocorrer de diversas maneiras, desde a insuficiência de creches até a prática de violência sexual. Enunciou o “disque 100” (Disque Direitos Humanos), e ainda, o “disque 181” como meio de denúncia dessas violações, destacando que o Ministério Público atua para garantia e a devida efetivação dos direitos da Criança e do Adolescente, informando o endereço, a página eletrônica e telefone do Centro de Apoio da Criança e Adolescente e Educação, onde pode ser encontrado para quaisquer esclarecimentos relativos ao tema. Na oportunidade, a Presidente apresentou a Promotora de Justiça Dra. Ana Karina Abrão, integrante da mesa, a qual atua na região da CIC no fórum descentralizado, localizado na rua Ludovico Kaminski, 2525, sendo que esta colocou-se a disposição dos moradores para os atendimentos em geral; A Promotora de Justiça Dra Luciane pedindo a palavra informou que no dia 24 de agosto, das 10 às 17 horas, na Escola Municipal Professora América da Costa Sabóia, Vila Verde, na CIC, ocorrerá o IV mutirão voluntário de cidadania, com a prestação de vários atendimentos, dentre eles, confecção e retificação de documentos; que presta esses atendimentos em Escolas da capital, e que esse ano os trabalhos ocorrerão nas Escolas Municipais Albert Schweitzer e São Miguel; Na sequência, a Presidente da mesa repassou ao Coordenador do Movimento as 33 (trinta e três) fichas de participação recebidas, o qual teceu consideração acerca das sugestões informando que as fichas com questões relativas ao patrimônio público serão encaminhadas à Promotoria de Justiça especializada, estabelecendo, ainda, que as demais serão avaliadas e encaminhadas aos respectivos órgãos;



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

Posteriormente, a presidente apresentou a Sra. Michele Cabral, coordenadora da Coordenadoria Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança a qual, por sua vez, apresentou o Comandante do 23º Batalhão, Tte. Cel. Sérgio e o Diretor da Polícia Comunitária de Direitos Humanos e Coord. Estadual das UPS no Paraná Ten. Coronel Heraldo, que fez uso da palavra, informando o foco no trabalho em rede para a solução de problemas comunitários e diminuição de ocorrências policiais; que na região da CIC há 05 (cinco) UPS- Unidade Paraná Seguro e que essa é uma forma de aproximação entre a polícia e a comunidade; que a polícia deve ser vista também como meio de proteção da sociedade e não de só de repressão; que no próximo dia 11 (sábado), haverá ação social e comunitária da UPS Vila Ludovica; O Tenente Coronel informou seu telefone para contato (41- 3304-4766) finalizando com as seguintes palavras “sozinhos podemos ir mais rápido, mas juntos podemos ir mais longe”; Na sequência a palavra foi dada aos Promotores expositores, para apreciação das fichas de participação iniciando pelo Dr. Murilo, o qual destacou que sempre houve a preocupação do Ministério Público em atuar junto às escolas, pois se trata de um local de formação de cidadãos, se colocando a disposição da Secretaria Municipal de Educação para as ações na área, lembrando que a escola é um direito de todos. Nesse momento a Presidente destaca a presença da Secretária Municipal de Educação, Sra Roberlaine, integrante da mesa, a qual pediu a palavra para dizer sobre a relação existente com as UPS's, bem como, para informar algumas das atuações de sua pasta na região da CIC. Por fim, o Promotor de Justiça, Dr. Paulo, destacou a importância das guardas municipais nas proximidades das escolas e agradeceu nominalmente aos manifestantes. O Coordenador do Movimento fez as



PROMOTORIA DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES

últimas considerações, estabelecendo-se que os Promotores de Justiça e parceiros irão se reunir para a definição de ações que serão implementadas na região da CIC. Por fim, a Presidente agradeceu o empenho das assistentes sociais Emilia, Giovana e estagiárias, da assessora jurídica Vanessa, integrantes da equipe da Promotoria de Justiça das Comunidades, e do Administrador Regional Ewertom e sua equipe pela inestimável colaboração na organização do evento. A audiência encerrou-se às 21h15min. Eu, Vanessa Milene de Santana _____, assessora jurídica lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados.

Curitiba, 06 de maio de 2013

Swami Mougenot Bonfim
Promotora de Justiça - Presidente

Eduardo Augusto Salomão Cambi
Promotor de Justiça – Coordenador do Movimento Paraná Sem Corrupção

Luciane Evelyn C. M. Teixeira de Freitas
Promotora de Justiça - Vara de Registros Públicos

Paulo Sérgio Markowicz de Lima
Promotor de Justiça – Coordenador da Campanha “Conte até 10”

Murilo José Digiácomo
Promotor de Justiça – CAOPJ da Criança e do Adolescente e Educação

Procedimento Administrativo nº MPPR-0046.13.002817-1– Audiência Pública, em 06/05/2013